

RELACIONAMENTO DE VALOR

O BRB – Banco de Brasília S.A. está comprometido com as melhores práticas referentes à responsabilidade socioempresarial. O presente documento - Relacionamento de Valor - estabelece os princípios norteadores da relação do BRB com seus fornecedores e tomadores de crédito para construção de uma sociedade que compatibiliza eficiência econômica com equidade social e com preservação ambiental. Sua adesão é voluntária.

Expectativa

Alguns princípios e práticas devem estar presentes no cotidiano de todas as empresas. Os temas deste documento elevam a atuação das empresas ante seu grupo de relacionamento. Esperamos de nossos fornecedores e tomadores de crédito uma relação confiável e parceira no desenvolvimento social.

Atendimento à Legislação e às Normas

As relações do BRB - Banco de Brasília S.A. são pautadas no cumprimento da Legislação Federal e do Distrito Federal vigentes e na observância aos pactos dos quais o Banco seja signatário, assim como à Política e normas internas estabelecidas.

Alinhado às melhores práticas empresariais e no contexto da Responsabilidade Socioempresarial, o BRB convida você a aderir aos princípios relacionados com os seguintes temas:

1. RESPEITO AO MEIO AMBIENTE:

- Cumprimento da legislação ambiental vigente.
- Envolvimento com as práticas de responsabilidade ambiental.

2. PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:

- Não se envolver nem apoiar qualquer trabalho realizado por criança, menor de 16 anos de idade, exceto na condição de aprendiz.
- Assegurar que nenhum trabalhador jovem, ou seja, acima de 16 anos e abaixo de 18 anos, esteja empregado durante o horário escolar, no período noturno e exposto a riscos ou ambiente insalubre.
- Respeitar os direitos da criança, conforme Resolução 146 da OIT.

3. COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

- Repudiar qualquer forma de trabalho forçado.
- Proibir trabalhos ou serviços feitos sob ameaça.

4. PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA

- Proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- Atuar de forma a prevenir acidentes de trabalho.

5. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Garantir o direito de todos os colaboradores de formarem e associarem-se a sindicatos ou associações da categoria.

6. RESPEITO À DIVERSIDADE

- Não se envolver nem apoiar a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria, com base em raça, naturalidade, nacionalidade, classe social, religião, deficiência, gênero, opção sexual, responsabilidades familiares, estado civil, associação a sindicato, opinião política, idade ou qualquer outra condição que poderia dar ensejo à discriminação.

7. APOIO À IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

- Sempre que possível, dar preferência na contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do DF.

8. REJEIÇÃO AO ABUSO DE PODER

- Impedir a punição corporal, mental, coerção física e assédio moral ou sexual em relação aos trabalhadores.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOEMPRESARIAL

- Manter as relações e a política institucional em conformidade com as normas e legislações vigentes, principalmente aquelas relativas às três dimensões da sustentabilidade – econômica/social/ambiental.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade social, como investimento permanente e necessário para o desenvolvimento da sociedade.

10. COMPROMISSO COM O APERFEIÇOAMENTO

- Comprometer-se a reparar ou aperfeiçoar os processos que estão em desacordo com os princípios relacionados neste documento.

COMUNICADO

O Licitante é responsável pelo acompanhamento das alterações do Edital. **O BRB não se responsabiliza pelo desconhecimento de informações disponibilizadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou por problemas de conexão e/ou falha na comunicação por meio da Internet.**

Esclarecimento ou Impugnação: conforme item 18 deste edital.

BRB/Gecon: Telefones (61) 3412-8311, 3412-8776 e 3412-8138 ou pelo e-mail: licita@brb.com.br.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2019

PROCESSO Nº 041.001.056/2018

O BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., na pessoa do Pregoeiro, designado por ato da Senhora Diretora de Gestão de Pessoas e Administração do BRB – Banco de Brasília S.A. na Portaria A.GOV.2.001/2019, de 30/04/2019, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 03/05/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia, hora e local designados neste Edital, realizará certame licitatório, na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento menor preço, sob regime de empreitada por preço unitário, cujo objeto está definido abaixo, na forma de execução indireta, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BRB (RLC-BRB) e da Lei nº 13.303/2016, e pelas demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 11/10/2019

HORÁRIO: 9h (horário de Brasília-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925008

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de companhia seguradora para a prestação dos serviços de seguro de vida em grupo para os empregados ativos, aposentados e ex-empregados do BRB, durante 60 (sessenta) meses, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA DESPESA

- 2.1. A despesa para a execução do objeto está estimada em **R\$14.640.549,33 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), para 60 (sessenta) meses.**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 3.2. O credenciamento deverá obedecer o estabelecido nos Artigos 5º ao 8º da Instrução Normativa nº 03 do MPOG, de 26 de abril de 2018 e Incisos I e II do Artigo 21 da mesma Instrução Normativa nº 03.
 - 3.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SEGES, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a sua correta utilização.
 - 3.2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao

- BRB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.2.3. O credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 3.2.4. Caberá ao licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio do acesso.
- 3.3. Não poderão participar deste Pregão:
- 3.3.1. pessoa física ou jurídica autora do projeto básico;
- 3.3.2. empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do BRB;
- 3.3.3. empresa suspensa temporariamente pelo BRB de licitar e contratar, nos termos do art. 86 do RLC-BRB;
- 3.3.4. empresa impedida de licitar e contratar ou declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do art. 19, Inciso III do RLC-BRB;
- 3.3.5. empresa em que o sócio, administrador ou diretor se enquadre em alguma das situações previstas nos incisos de IV a VIII do art. 19 do RLC-BRB;
- 3.3.6. empresa que o objeto social ou os atestados de capacidade técnica não sejam pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;
- 3.3.7. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.3.8. cooperativa de mão de obra;
- 3.4. Nos termos do parágrafo único do art. 19 do RLC-BRB, aplica-se a vedação contida no item 3.2 deste edital:
- 3.4.1. à contratação de empregado ou dirigente do BRB, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 3.4.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- 3.4.2.a) dirigente do BRB;
- 3.4.2.b) empregado do BRB cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 3.4.2.c) autoridade do ente público a que o BRB esteja vinculado.
- 3.4.3. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BRB há menos de 6 (seis) meses.
- 3.4.4. licitantes que não estejam enquadradas na condição de entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e o art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011, sob pena de desclassificação.
- 3.5. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do **Portal de Compras (www.comprasgovernamentais.gov.br)**:
- 3.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital deste Pregão;
- 3.5.2. que até a data da realização deste Pregão inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação neste Pregão e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.3. que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
- 3.5.4. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da

Constituição Federal de 1988;

- 3.5.5. que a proposta firmada foi elaborada de maneira independente e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico em questão.
- 3.5.6. que, sendo Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, cumpre os requisitos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 34 e que a empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 ao 49 da citada Lei Complementar.
- 3.6. A declaração falsa relativa aos subitens 3.5.1 a 3.5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4. DA PREVENÇÃO À FRAUDE, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO

- 4.1. Os licitantes declaram conhecer e ter plena ciência quanto as normas de prevenção à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, previstas na legislação brasileira, dentre elas, e não se restringindo, as Leis nº 9.613/98, 12.683/12 e 12.846/13 e seus regulamentos e se comprometer a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.
- 4.2. Os licitantes, desde já, se obrigam, no cumprimento de qualquer uma das disposições e/ou no exercício dos direitos e obrigações previstas neste edital, a:
 - 4.2.1. Não dar, oferecer ou prometer, qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, ou ainda, quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.
 - 4.2.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
- 4.3. Os licitantes declaram, por si e por seus sócios, administradores, que não praticaram ou incorreram em quaisquer crimes ou atos lesivos contra a Administração Pública que possam caracterizar atos de corrupção sob a égide da Lei Anticorrupção, Código Penal e/ou correlatas, e não se limitando a estas, assim definidas em conjunto como “Leis Anticorrupção”
- 4.4. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas neste item é causa expressa para o impedimento de participar da presente licitação.

5. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

- 5.1. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.2. No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6. DA PROPOSTA INICIAL

- 6.1. O licitante deverá encaminhar proposta, na forma expressa no sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas.
- 6.2. O licitante deverá consignar o **VALOR TOTAL PARA 60 (SESSENTA) MESES (soma do VALOR TOTAL PARA 60 MESES (1) + VALOR TOTAL PARA 60 MESES (2))** para o objeto desta licitação, conforme planilha constante do **Anexo II**, já considerados e inclusos os tributos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, mão de obra, materiais, equipamentos, comunicação, etc. e as demais despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive os diferenciais de alíquota entre o Estado produtor e o Distrito Federal.
 - 6.2.1. quando da inclusão da proposta no sistema Comprasnet, os interessados devem

atentar para a não inserção de dados ou informações que permitam a identificação dos licitantes, sob pena de desclassificação da proposta.

- 6.3. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 6.4. Os licitantes, antes de registrarem o(s) valor(es), deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 7.2. Após a abertura, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 7.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 8.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.2.1. A classificação das propostas levará em consideração o menor preço, observados os critérios estabelecidos neste Edital.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão enviar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, pelo sistema.
- 9.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 9.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 9.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.
- 9.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente.
- 9.8. O sistema eletrônico enviará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.9. Após o encerramento da fase de lances, o sistema identificará as entidades preferenciais participantes - microempresas, empresas de pequeno porte e

microempreendedores individuais -, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja enquadrada nas situações anteriores, e dos demais licitantes que tenham se declarado como entidade preferencial na ordem de classificação.

- 9.10. Será assegurada a preferência de contratação em favor das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais quando houver a ocorrência de empate ficto entre a empresa detentora do menor preço e a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedora individual melhor classificada, conforme disposto no Artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.10.1. Para efeito do disposto no subitem 9.10, entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 9.10.2. Ocorrendo empate, serão adotados os seguintes procedimentos, conforme disposto no Artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006:
 - I - o sistema selecionará os itens que se enquadram na forma do subitem 9.10.1, disponibilizando-os automaticamente nas telas do Pregoeiro e do fornecedor, e encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedora individual mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, com valor obrigatoriamente inferior ao da primeira colocada, sob pena de preclusão (Artigo 45, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006);
 - II - caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a microempreendedora individual mais bem classificada não ofereça proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o sistema convocará automaticamente as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedoras individuais, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 9.11. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos “I”, “II” e “III” do subitem 9.10.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (Artigo 45, §1º da Lei Complementar nº 123/2006).
- 9.12. O disposto no subitem 9.10 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedora individual (Artigo 45, §2º da Lei Complementar nº 123/2006).

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. Sendo os valores unitários, totais e/ou final superiores aos valores estimados, o Pregoeiro solicitará contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e os valores estimados para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital, exceto no caso de se ofertar valores mais inferiores que os estimados pelo Banco;
- 10.1.1. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 11.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro fixará prazo ao licitante detentor do menor lance para o envio da proposta de preços, adequada ao último lance, junto com a documentação relativa à habilitação (Item 12).
- 11.1.1. O prazo para envio dos documentos poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro.
- 11.2. Sob pena de ser rejeitada, a proposta deverá:
- 11.2.1. ser redigida em língua portuguesa (exceto termos técnicos), sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo proponente;

- 11.2.2. fazer menção ao número deste Pregão, conter a razão social da empresa licitante, o endereço completo, o número do CNPJ, do telefone e do fax e endereço eletrônico (e-mail) se houver;
- 11.2.3. conter Planilha de Preços, com todos os campos preenchidos, conforme modelo constante do **Anexo II**, não podendo o valor total ultrapassar o valor do lance final ofertado;
- 11.2.4. A planilha de preços (conforme **Anexo II**) em branco está disponível no site do Banco (www.brb.com.br – link licitações).
- 11.2.5. conter valores expressos em moeda nacional, sendo desconsiderados os algarismos além dos centavos, acima de duas casas decimais.
- 11.2.6. conter prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública. Caso o licitante não informe a data de validade da proposta, será considerado que foi estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias.
- 11.3. O Pregoeiro examinará a proposta do menor lance oferecido, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 11.4. Nos preços oferecidos serão desconsiderados os algarismos além dos centavos acima de duas casas decimais.
- 11.5. Não será aceita proposta que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 11.6. Será rejeitada a proposta que:
 - 11.6.1. não atender às exigências do presente Edital e seus Anexos, seja omissa ou apresente irregularidades insanáveis;
 - 11.6.2. cujos valores (unitários e totais), após o encerramento da fase de lances e da fase de negociação, estiverem acima do orçamento estimado para a contratação, conforme previsto no art. 40, Inciso IV do RLC-BRB;**
 - 11.6.3. apresentar valor(es) irrisório(s) ou de valor zero, incompatível(is) com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não estabeleça limites mínimos;
 - 11.6.4. que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 11.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 11.8. O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do BRB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 11.9. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 11.10. Decorrido o prazo de validade das propostas e não havendo a convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Para fins de habilitação ao certame, o licitante deverá satisfazer os requisitos relativos a:
 - 12.1.1. habilitação jurídica (da empresa e da(s) empresa(s) a ser(em) subcontratada(s);
 - 12.1.2. regularidade fiscal e trabalhista (da empresa e da(s) empresa(s) a ser(em) subcontratada(s);
 - 12.1.3. qualificação econômico-financeira;
 - 12.1.4. qualificação técnica;

- 12.2. **A habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira** poderão ser comprovadas mediante consulta *online* no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, organizado conforme a Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, logo após o encerramento dos lances eletrônicos.
- 12.2.1. Os documentos que não estejam contemplados na Declaração do SICAF ou que nela constem como vencidos na data de abertura da licitação ou na data de convocação do licitante, deverão ser remetidos em conjunto com a documentação na forma que for solicitada pelo Pregoeiro.
- 12.2.2. A boa situação financeira da empresa será avaliada por meio dos índices econômicos (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), comprovados por meio de consulta no SICAF, que deverão ser igual ou maior que 1 (um).
- I - Quando qualquer dos índices (Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral) calculados e informados na Declaração do SICAF apresentar resultado inferior a 1 (um), a empresa deverá comprovar um patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- II - Caso na Declaração do SICAF não conste o valor do patrimônio líquido ou o valor informado seja inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a comprovação solicitada no Inciso anterior deverá ser feita por meio da apresentação do último balanço patrimonial e demonstrações contábeis, exigidos e apresentados na forma da lei, sendo:
- a) Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/76, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente: registrados e arquivados na junta comercial; publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; e publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.
- b) Para as demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.
- 12.2.3. O licitante deverá apresentar os documentos abaixo, independentemente das informações do SICAF:
- I - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, cuja validade não tenha se encerrado antes da data estabelecida para a sessão pública deste Pregão. Não estando explícita na certidão a data de validade, será considerado o prazo de validade do documento emitido no Distrito Federal, que é de 30 (trinta) dias;
- II - certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/11, caso a referida certidão ainda não conste na Declaração do SICAF do licitante.
- III - Registro comercial, no caso de empresário individual;
- IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- V - Cédula de identidade do(s) administrador(es) ou procurador(es) da empresa a quem compete a subscrição do instrumento contratual;
- VI - Instrumento de procuração com outorga de poderes relativos à contratação em questão quando da indicação de procurador para subscrição do contrato.
- 12.2.4. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou o Microempreendedor Individual, por ocasião da participação nesta licitação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- I - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será

assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora da licitação, prorrogável por igual período, a critério do BRB, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

II - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no inciso anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 12.2.5. O Pregoeiro poderá, ainda, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 12.3. **A qualificação técnica** será comprovada mediante:
 - 12.3.1. 01 (um) atestado/certidão de capacidade técnica, ou mais, emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando ter a licitante desempenhado de forma satisfatória, serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital;
 - 12.3.2. Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos.
 - 12.3.3. Certidão de regularidade, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.
- 12.4. **O licitante melhor classificado deverá apresentar, também, os seguintes documentos:**
 - 12.4.1. **Declaração** para fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do **Anexo V** deste Edital.
 - 12.4.2. **Declarações Gerais**, quanto ao Programa de Integridade, vedação ao nepotismo e ao trabalho de menores, prevenção à fraude, lavagem de dinheiro e atos de corrupção, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.
 - 12.4.3. Os licitantes que se declararem como ME/EPP/MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de **Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio**, conforme o Art. 3º da Instrução Normativa DREI nº 36 do Departamento de Registro Empresarial e Integração, de 2/3/2017, a qual deverá ser encaminhada ao Pregoeiro junto com os demais documentos.
 - 12.4.4. Tratando-se de sociedade simples, a comprovação da qualidade de ME/EPP/MEI poderá ser auferida conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, incisos I e II, e parágrafos 1º, 2º e 10º, observando-se, ainda, as exceções previstas no parágrafo 4º do mesmo artigo, devendo tal condição ser demonstrada mediante a apresentação das demonstrações contábeis, nos termos previstos em lei e na forma prevista neste edital ou por meio de consulta aos dados cadastrados no SICAF, se forem estes suficientes para a prova pretendida.
- 12.5. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 12.6. A proposta do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser anexados no **Portal de Compras**, de acordo com a orientação dada pelo Pregoeiro no chat, para fins de análise preliminar da documentação.
- 12.7. Vencida a análise preliminar, os documentos enviados conforme o subitem anterior deverão ser encaminhados, originais ou cópias autenticadas, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro contado de sua solicitação, à Gerência de Contratações - GECON, situada no SBS Q1, Bloco E, 16º andar – Ed. Brasília – CEP 70072-900 – Brasília – DF.

- 12.8. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos e acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.
- 12.8.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 12.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.
- 12.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO RECURSO

- 13.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implicará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 13.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, por algum pressuposto de admissibilidade, em campo próprio do sistema.
- 13.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado **GLOBALMENTE** ao licitante vencedor, após decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela Autoridade Competente.
- 14.2. Verificado o atendimento aos requisitos estabelecidos neste Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, conforme previsto neste Edital.
- 14.3. É facultada ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou dos documentos já entregues.
- 14.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

15. DO CONTRATO

- 15.1. Após a homologação do resultado da licitação, o licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pelo BRB, para retirar o Contrato na Gerência de Contratações - GECON, localizada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Ed. Brasília, 16º andar, Brasília/DF.

- 15.1.1. Para formalização do Contrato, o BRB poderá solicitar cópias autenticadas do contrato/estatuto social e suas alterações, identidade e CPF do(s) responsável(eis) pela assinatura do Contrato e instrumento de outorga de poderes, quando for o caso.
- 15.1.2. No caso do recebimento do Contrato via Correios, o prazo a que se refere o **item 15.1** começará com o recebimento da correspondência pela contratada e será verificado de acordo com a data de postagem, pela contratada, da correspondência contendo a cópia do documento devidamente assinado.
- 15.1.3. O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo BRB.
- 15.2. As disposições constantes deste Edital e seus Anexos, bem como os compromissos assumidos pelo licitante vencedor, para todos os efeitos legais, serão partes integrantes do Contrato, independentemente de sua transcrição.
- 15.3. Na formalização do Contrato serão verificadas as condições de validade da habilitação do licitante vencedor.
- 15.4. No ato da contratação, a LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar o Termo de Ciência e Adesão do Código de Conduta de Fornecedores do BRB (**Anexo VI**) **devidamente assinado**. O Código está disponível no site www.brb.com.br.
- 15.5. Qualquer condição apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que pertinente e compatível com os termos deste Edital, e que não altere ou de qualquer forma modifique o objeto, especificações ou forma de execução do objeto, poderá ser acrescentada ao instrumento contratual.

16. DO PAGAMENTO E DAS OBRIGAÇÕES

- 16.1. O pagamento e as obrigações decorrentes deste Pregão estão consignadas no **Anexo I** e em Contrato, conforme minuta constante do **Anexo III**, procedendo-se às adaptações cabíveis à presente licitação, que guardará rigorosa conformidade com suas disposições e com os termos da proposta vencedora.

17. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

- 17.1. Com fundamento no artigo 88 do RLC-BRB, ficará impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para a contratação, o licitante que:
 - 17.1.1. não celebrar o Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.2. deixar de entregar documentação exigida no Edital;
 - 17.1.3. apresentar documentação falsa;
 - 17.1.4. não mantiver a proposta;
 - 17.1.5. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - 17.1.6. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
 - 17.1.7. comportar-se de modo inidôneo;
 - 17.1.8. cometer fraude fiscal.
- 17.2. Nos termos dos arts. 86 e 87 do RLC-BRB, pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes deste Edital o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor ou à Contratada, conforme o caso, as seguintes sanções:
 - 17.2.1. advertência;
 - 17.2.2. multa de:
 - I – até 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, no caso de inexecução total das obrigações;
 - II – até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial das obrigações;

- 17.2.3. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 17.3. A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:
 - 17.3.1. descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;
 - 17.3.2. execução insatisfatória ou inexecução das obrigações assumidas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
 - 17.3.3. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB;
- 17.4. decorridos 10 (dez) dias de atraso na execução do objeto contratado, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato poderá o BRB optar pela rescisão do Contrato.
- 17.5. A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do BRB, a retenção dos créditos decorrentes da mesma, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a Contratada das sanções previstas neste Edital e em lei, até a completa indenização dos danos.
- 17.6. A aplicação de multas não impede que o BRB rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.
- 17.7. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo BRB;
- 17.8. Inexistindo pagamento devido pelo BRB, ou sendo este insuficiente, caberá à Contratada efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa;
- 17.9. Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, far-se-á a sua cobrança judicialmente.
- 17.10. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o BRB poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:
 - 17.10.1. por 6 (seis) meses:
 - a) quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos ao BRB;
 - b) quando ocorrer execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da penalidade de advertência;
 - 17.10.2. por 01 (um) ano:
 - a) quando o licitante praticar qualquer ato que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório;
 - b) quando a Contratada der causa a rescisão do Contrato;
 - 17.10.3. por 02 (dois) anos:
 - a) quando o licitante praticar atos ilícitos, visando a frustrar o objetivo desta licitação;
 - b) quando o licitante ou a Contratada cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao BRB.
- 18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
 - 18.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer cidadão poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@brb.com.br.
 - 18.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, decidirá

sobre a impugnação até o primeiro dia anterior ao da sessão pública.

- 18.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@brb.com.br.
- 18.5. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão fazer menção ao número desta licitação no campo "Assunto" do e-mail.
- 18.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link **Gestor Público > Consultas > Compras Governamentais > Pregões > Agendados**, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.
- 18.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados.

19. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 19.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 19.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato
- 19.3. Os serviços deverão ser prestados diretamente pela Contratada, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros, das obrigações decorrentes do Contrato, sem anuência do BRB excetuando-se o caso da subcontratação obrigatória prevista no Item 17.
- 19.4. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva do BRB.
- 19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e só se iniciam ou vencem em dia de expediente no BRB.
- 19.6. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso já tenha sido contratado, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
- 19.7. Não serão admitidos aditamentos, cancelamentos e/ou retificações na proposta, ou alterações nas condições estipuladas neste Pregão, devendo os casos omissos serem resolvidos pelo BRB, tendo em vista o seu interesse.
- 19.8. Não serão aceitos documentos com rasuras ou emendas, que, a critério do Pregoeiro, comprometam a sua autenticidade.
- 19.9. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e julgar necessário.
- 19.10. **Não será aceito protocolo de entrega** em substituição aos documentos exigidos neste Edital.
- 19.11. O BRB reserva-se o direito de adiar os horários e datas de abertura das propostas e/ou alterar as exigências para apresentação das mesmas, fazendo aos licitantes as indispensáveis comunicações.
- 19.12. Havendo divergências entre o Edital e Anexos, prevalece o Edital.
- 19.13. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pela Decreto Distrital nº 38.365/2017, é estritamente proibido o uso ou o emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras

sanções cabíveis.

- 19.14. Nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017, a(s) empresa(s) CONTRATADA(s) que possuir(irem) mais de 20 (vinte) funcionários deverá(ão) oferecer, diretamente ou por meio de convênios com instituições públicas ou privadas, curso de alfabetização ou complementação do ensino fundamental até o quinto ano aos empregados contratados.
- 19.15. Se for o caso, aplica-se à execução contratual decorrente deste certame o disposto na Lei Distrital nº 6.112/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal.
- 19.16. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente aprovada pelo BRB.
- 19.17. Os documentos necessários à habilitação, exigidos neste Edital, somente serão aceitos quando apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, quando cotejada com o documento original, ou publicados em órgão da imprensa oficial, à exceção dos que forem obtidos via Internet, que não precisarão ser autenticados, os quais serão validados mediante consulta para comprovação de sua regularidade, bem como se estiverem dentro do seu período de validade.
- 19.18. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 – dispêndio das estatais, e Fonte 1 – geração própria.
- 19.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

20. DO FORO

- 20.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da circunscrição judiciária de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21. DOS ANEXOS

- 21.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- I - Termo de Referência;
- II - Planilha de Preços;
- III - Minuta de Contrato;
- IV - Declarações Gerais;
- V - Declaração 39860;
- VI - Termo de Ciência e Adesão; e
- VII - Termo Voluntário de Compromisso.

Brasília/DF,

Carlos Frederico Lontra Fagundes
Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de companhia seguradora para prestação dos serviços de seguro de vida em grupo para os empregados ativos, aposentados e ex-empregados do BRB.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de uma apólice coletiva de seguros se justifica pela necessidade de continuidade dos serviços e por se tratar de benefício concedido aos empregados desde 10/6/1968. A instituição do benefício decorreu do fato de que é a forma mais econômica de contratação de seguro de vida para o grupo de empregados de instituição financeira, sujeitos diariamente ao risco de assaltos, ataques e sequestros. Atualmente a concessão está prevista no Regulamento de Pessoal, Título III, Seção XI, art. 38, e Manual de Informações de Pessoal, Seção IX.

3. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

O seguro tem por objetivo, garantir o pagamento do capital segurado aos segurados ou seus beneficiários, até o limite contratado, de acordo com os riscos cobertos e as garantias contratadas.

4. DAS DEFINIÇÕES

4.1 Conforme especificações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, seguem algumas definições importantes:

4.2 Apólice: De acordo com a Resolução CNSP 140/2005, consiste no documento que formaliza o contrato de seguro, especificando as obrigações, direitos e garantias do segurado e da sociedade seguradora.

4.3 Capital segurado: Corresponde ao valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro.

4.4 Cobertura: Consiste no significado genérico dos riscos assumidos pelo Segurador.

4.5 Estipulante: Conforme Resolução CNSP 140/2005, é a pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investido dos poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, sendo identificado como estipulante instituidor quando participar do custeio do plano de seguro, e como estipulante averbador quando não participar do custeio do plano de seguro. O estipulante é responsável pela efetivação de descontos correspondentes aos prêmios na folha de pagamento do respectivo segurado e pelo repasse à Seguradora.

4.6 Grupo Segurado: De acordo com a Resolução CNSP 117/04, consiste na totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva.

4.7 Grupo Segurável: Conforme Resolução CNSP 117/04, consiste no total das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

4.8 Indenização: De acordo a Resolução CNSP 117/04, consiste no valor que a seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro.

4.9 Prêmio: De acordo com a Resolução CNSP 117/04, consiste no valor dispendido pelo segurado ou estipulante/proponente à Seguradora, destinado ao custeio do seguro.

4.10 Proposta de Adesão: Conforme Resolução CNSP 117/04, corresponde na declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que a pessoa física (no caso de seguro de pessoas), expressa a intenção de aderir à contratação coletiva, assumindo o pleno conhecimento das condições do contrato.

4.11 Seguradora: Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar, a qual recebe um valor denominado prêmio, e assumir os riscos descritos no contrato de seguro.

4.12 Seguro: Consiste no contrato pelo qual o segurador, se compromete, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar o segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.

4.13 Sinistro: Conforme Resolução CNSP 117/04, consiste na ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

5. ESTIPULANTES

5.1 O Estipulante da apólice de Seguro de Vida em Grupo a ser contratada para os empregados ativos, inclusive os que se encontram afastados por licença-saúde, será o BRB - Banco de Brasília S.A.

5.2 O Estipulante da apólice de Seguro de Vida em Grupo para os aposentados e ex-empregados do BRB - Banco de Brasília S.A, será a Associação dos Empregados do Banco de Brasília – AEBRB.

6. COBERTURAS

6.1 A apólice a ser contratada contará com as seguintes coberturas:

- I Morte (**conforme definido na Circular Susep 302/05, art.10**);
- II Indenização Especial por Acidente;
- III Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente;
- IV Invalidez Funcional Permanente Total por Doença;
- V Inclusão automática do Cônjuge com direito a 100% (cem por cento) do capital dos segurados principais, em relação à cobertura básica;
- VI Inclusão automática de filhos, enteados ou menores considerados dependentes do segurado principal, com 10% do capital segurado para a cobertura básica, limitado ao valor máximo de R\$ 5.000,00.
- VII Assistência Funeral ou reembolso de despesas com funeral, no caso de morte do titular somente para segurados aposentados e desligados (ex-empregados), limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Garantia Básica de Morte (BM) - Garante ao(s) beneficiário(s) o pagamento do capital segurado contratado, no caso de morte do segurado, por causas naturais ou acidentais. Esta é a garantia básica do seguro, sendo sua contratação obrigatória.

7. GRUPO SEGURADO E SEGURÁVEL

7.1 Constituem o grupo segurado e segurável:

7.1.1 Os atuais integrantes do seguro de vida em grupo da apólice vigente, que tenham vínculo com o Estipulante – ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DE BRASÍLIA - AEBRB ou com o BANCO DE BRASÍLIA S/A, constantes da listagem fornecida pelo estipulante à vencedora do certame, independentemente do seu estado de saúde e idade.

7.1.2 Todos os aposentados por tempo de serviço ou idade já participantes da apólice vigente;

7.1.3 Todos os empregados do BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. que se encontrem em perfeitas condições de saúde e em plena atividade;

7.1.4 Todos os empregados do BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. que se aposentarem por idade ou tempo de serviço e que manifestarem formalmente o desejo de serem incluídos na apólice, no ato da aposentadoria;

7.1.5 Todos os ex-empregados participantes da apólice de seguro de vida em grupo vigente e os empregados que se desligarem do BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A. e que manifestarem formalmente o desejo de serem incluídos na apólice, no ato do desligamento.

7.2 Para os integrantes da atual apólice independentemente do seu estado de saúde e idade, não será necessário o preenchimento e assinatura do cartão-proposta/termo de adesão, visto que os existentes serão aceitos automaticamente.

8. NOVAS INCLUSÕES NO SEGURO

8.1 A inclusão de novos participantes no seguro estará condicionada às seguintes regras:

a) As novas inclusões serão facultativas, mediante o preenchimento e assinatura de Cartão -

Proposta e Declaração Pessoal de Saúde - DPS, que serão submetidos à seguradora para análise e aceitação.

b) A idade limite para novas inclusões será de 65 anos completos.

c) Para os empregados participantes da apólice que se aposentarem por idade ou tempo de serviço, será permitida a troca automática de Estipulante, desde que seja solicitada formalmente à Corretora Seguros BRB (**ver item 7.1.4**) deste Termo de Referência), estando condicionada ao preenchimento e assinatura do cartão proposta, dispensado o preenchimento da DPS.

d) Para os empregados participantes da apólice que se desligarem do BRB - Banco de Brasília S.A. será permitida a troca automática de estipulante, desde que seja solicitada formalmente à Corretora Seguros BRB, no ato do desligamento voluntário e estará condicionada ao preenchimento e assinatura do cartão proposta, sem obrigatoriedade do preenchimento da DPS.

f) Ficam vedadas as adesões de empregados que se encontrarem afastados de suas funções profissionais, em razão de doença ou acidente, e de empregados aposentados que não fazem parte da apólice vigente, como novos participantes da apólice.

9. CONTRATAÇÃO E ACEITAÇÃO

9.1 O seguro será contratado ou alterado mediante o preenchimento e assinatura de Proposta de Contratação pelos Estipulantes.

9.2. Serão incluídos no seguro os componentes do grupo segurado e inclusões, se houver, mediante assinatura e preenchimento da Proposta de Adesão que passará por avaliação do risco pela seguradora.

9.3 A proposta deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco pela contratada.

9.4 A proposta deverá ser preenchida em 3 (três) vias, para que seja entregue a via do Segurado (Proponente). A 1ª via será entregue à Seguradora, a 2ª via para a Corretora e a 3ª Via para o Segurado. O preenchimento da proposta é realizado por meio da impressão do formulário disponível no Portal Integração da Corretora Seguros BRB..

9.5 A seguradora terá 15 (quinze) dias para definir pela aceitação ou recusa do risco, a contar da data de recebimento da proposta, mediante protocolo, que contenha data e hora. O seguro será automaticamente aceito, caso a seguradora não expresse por escrito, o motivo da recusa no prazo estipulado. Esse prazo ficará suspenso, quando a seguradora solicitar a apresentação de novos documentos para análise de riscos, o que somente poderá ocorrer uma única vez, voltando o prazo a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

9.6 Para novas inclusões, o prazo de cobertura está condicionado ao preenchimento do cartão proposta com Declaração Pessoal de Saúde – DPS e aceitação por parte da Seguradora.

10. CUSTEIO DO SEGURO

10.1 O seguro será parcialmente contributivo para os segurados ativos, que contribuirão com 50% da mensalidade e o BRB com os 50% restantes do prêmio mensal de cada segurado principal.

10.2 A contribuição dos aposentados e ex-empregados será integral (totalmente contributivo), proveniente de recursos próprios desse grupo.

11. PRAZO DE COBERTURA

11.1 A partir de 01/12/2019, o segurado terá garantidas as coberturas, independentemente de pagamento do prêmio à seguradora.

11.2 Na ocorrência de sinistro dentro do prazo para pagamento do prêmio, o direito à indenização não será prejudicado se o pagamento for feito no prazo estabelecido.

11.3 Não haverá prazo de carência para as coberturas contratadas em relação ao período de encampação da apólice vigente de seguro de vida em grupo.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado de forma satisfatória, de serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

12.2. Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos.

12.3. Certidão de regularidade, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, a critério exclusivo do BRB.

13.2 A contratação será pelo prazo de 60 (sessenta) meses corridos, por não haver prejuízo para a administração, no que se refere a preços e serviços, pela característica do contrato. Conforme especificado no art. 71 da lei 13.303/2016, a duração dos contratos não excederá a 5 (cinco) anos (60 meses), contados a partir de sua celebração. Tendo em vista que a vigência será do limite aceito legalmente, o contrato não será prorrogado no seu final.

13.3 Este contrato de seguro é celebrado por prazo determinado, tendo a seguradora ou o estipulante a faculdade de encerrar a apólice na data do seu aniversário, com aviso por escrito, 90 (noventa) dias antes dessa data, sem devolução dos prêmios pagos.

13.4 Qualquer modificação da apólice em vigor que implique em ônus ou dever para os segurados ou a redução dos seus direitos dependerá da anuência expressa de segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado.

13.5 O término de vigência dos riscos individuais é o mesmo da apólice coletiva.

14. CUSTO DAS APÓLICES ATUAL E ESTIMADO

14.1 Administrado pelo BRB-Banco de Brasília S/A

Apólice dos empregados ativos do BRB-Banco de Brasília S/A – 2080 vidas

O valor estimado do contrato, para a apólice dos empregados ativos, para o período de 60 (sessenta) meses é de aproximadamente R\$ R\$ 5.114.132,75 (cinco milhões , cento e quatorze milhões, cento e trinta e dois mil reais e setenta e cinco centavos).

14.2 Administrado pela Associação dos Empregados do BRB

Apólice dos segurados aposentados e desligados – 617 vidas

O valor estimado do contrato para a apólice dos segurados aposentados e desligados, para o período de 60 (sessenta) meses é de aproximadamente R\$ 9.526.416,78 (nove milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos).

14.3 O valor global estimado do contrato para o período de 60 (sessenta) meses, somando as duas apólices, totaliza R\$ 14.640.549,53 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

14.4 Os quantitativos dos segurados e valores dos prêmios podem ser alterados, por motivo de reenquadramento etário, apuração do valor real das apólices, alteração do número de segurados, por motivo de novas contratações ou também redução ocasionada por desligamentos, mortes ou migração da tabela de ativos para a tabela de aposentados e desligados, por opção destes.

15. REAVALIAÇÃO E REAJUSTE DAS TAXA E PRÊMIOS

15.1 Anualmente, no aniversário da apólice, as taxas serão reavaliadas pela variação do IPCA-IBGE, em função da experiência do grupo segurado, dentro de suas respectivas faixas etárias, com reajustamento dos capitais e prêmios de cada segurado. Se a sinistralidade ultrapassar a 100% do prêmio puro, durante a vigência da apólice, as taxas e prêmios serão reavaliados para todo o grupo segurado.

15.2. Será considerada a variação do índice nos 12 meses que antecedem aos três últimos meses da vigência da apólice.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em razão da natureza do serviço contratado.

16.2 A Contratada se compromete a emitir a apólice de seguro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato, para ser assinada pelas partes.

16.3 A apólice de seguro deverá cobrir, no mínimo, os atuais integrantes do seguro de vida em grupo estipulado pelo BRB e pela AEHRB, independentemente do estado de saúde e idade dos seus integrantes.

16.4 O início de cobertura do risco constará da apólice, independentemente do prazo estipulado para sua emissão e deverá coincidir com a data final da última apólice.

16.5 A contratada deverá emitir, anualmente, certificado em nome do segurado principal, contendo os dados do seguro, dados do estipulante, corretor da apólice, dados da seguradora, dados do segurado, beneficiários do seguro, coberturas, capitais segurados e valor do prêmio mensal, assim como as modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas mediante endosso.

16.6 A contratada compromete-se a realizar a liquidação do sinistro, inclusive nas indenizações realizadas em razão de cumprimento de decisões judiciais que imputem tal responsabilidade ao BRB ou à AEHRB, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências contratuais feitas ao segurado ou do efetivo pagamento da condenação.

16.7 A contratada permanece como única e total responsável perante o Banco e a AEHRB, inclusive do ponto de vista técnico e responderá pela qualidade e presteza no atendimento, na ocorrência de sinistros.

16.8 As apólices de seguro a serem assinadas entre as partes deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

16.9 A contratada deverá manter Sucursal, Filial ou Representação em Brasília/DF, durante toda a vigência do seguro, em estrutura adequada e tecnicamente qualificada para atendimento, em tempo hábil.

16.10 A contratada se compromete a receber a movimentação mensal ou arquivo eletrônico referente ao grupo segurado em layout ajustado com o Banco.

16.11 A contratada obriga-se a aceitar como corretora a BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A.

16.12 A contratada se compromete a pagar a(s) indenização(ões), conforme estabelecido no Contrato.

16.13 A contratada se compromete a fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe integralmente os ônus, decorrentes, independentemente da fiscalização exercida pelo BRB ou pela AEHRB.

16.14 A contratada será responsável por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a causar ao BRB, AEHRB ou a terceiros, quando devidamente comprovados, em decorrência dos serviços objeto do contrato de modo direto ou indireto.

16.15 A CONTRATADA deverá acatar os cartões propostas de todas as congêneres anteriores, de modo a evitar conflitos na designação de beneficiários.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO ESTIPULANTE

17.1 Fornecer à contratada todas as informações necessárias para inclusão mensal de Segurados e consequente emissão de faturas.

17.2 Manter a contratada informada a respeito dos segurados, seus dados cadastrais, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, acarretar-lhe responsabilidade, de acordo com o definido na apólice.

17.3 Fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro.

17.4 Pagar no banco credenciado, o valor total dos prêmios, conforme previsto na cláusula de Faturamento, referente à fatura emitida pela Contratada.

17.5 Repassar aos segurados todas as comunicações ou avisos inerentes à apólice.

17.6 Discriminar o nome da contratada, nos documentos e comunicações referentes ao seguro objeto desta contratação, desde que previamente aprovados pela contratada.

17.7 Comunicar de imediato à contratada, tão logo tome conhecimento, a ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro referente ao grupo que representa.

17.8 Dar ciência aos segurados dos procedimentos e prazos estipulados para liquidação de sinistros.

17.9 Comunicar de imediato à SUSEP quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado.

17.10 Fornecer à SUSEP quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela especificado.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As faturas provenientes da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo para os empregados do BRB deverão ser emitidas em nome do BRB – Banco de Brasília S/A.

18.2 As faturas provenientes da prestação de serviço de Seguro de Vida em Grupo para os empregados aposentados do BRB deverão ser emitidas em nome da Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

18.3 As faturas provenientes da prestação de serviço de Seguro de Vida em Grupo para os ex-empregados do BRB deverão ser emitidas em nome da Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

18.4 Mensalmente, os Estipulantes deverão processar as movimentações (inclusões/exclusões) no atual grupo segurado e remetê-lo à Seguradora sob a forma de arquivo eletrônico. Após o recebimento do arquivo, a Seguradora providenciará a atualização do cadastro constante em seu banco de dados para respectiva emissão da fatura, após o recebimento do arquivo.

18.5 O pagamento das faturas ocorrerá até o décimo dia útil do mês subsequente ao mês de vigência do seguro, mediante a apresentação do documento fiscal até o último dia do mês de cobertura. Caso neste dia não tenha expediente bancário, o vencimento será prorrogado automaticamente para o primeiro dia útil subsequente.

18.6 Para as empresas sediadas no Distrito Federal, bem como para as empresas sediadas em outros Estados e que mantenham filiais e/ou representações no Distrito Federal, o pagamento será efetuado através de crédito em conta-corrente em uma das agências do BRB.

18.7 Para as empresas sediadas em outros Estados e que não mantenham filiais e/ou representações no Distrito Federal, o pagamento poderá ser efetuado através de crédito em conta-corrente em qualquer agência bancária pela contratada.

18.8 Caso o documento fiscal seja apresentado após o prazo estabelecido no item 18.5, o BRB e a AEBRB disporão de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento, contados da data da sua apresentação.

18.9 Os prazos previstos neste termo de referência somente serão observados quando não houver motivo para aplicação de multas ou de outras penalidades, casos em que o pagamento será efetuado após transcorrido o prazo para interposição de recursos ou após seu julgamento pelo BRB e/ou a AEBRB.

18.10 Os documentos fiscais deverão ser emitidos em 02 (duas) vias, no mínimo, e estar acompanhado dos seguintes documentos:

18.10.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;

18.10.2 Certidão Negativa de Tributos, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

18.10.3 Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

18.10.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

18.10.6 Os documentos fiscais não aprovados pelo BRB ou pela AEHRB serão devolvidos à Contratada para as devidas correções, passando a contar os prazos previstos neste termo a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação pelo BRB e AEHRB.

18.10.7 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de correção monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indicador que o venha substituir.

19. INDICAÇÃO DO VALOR ABERTO PARA LICITAÇÃO

19.1 Conforme descrito no Art. 15 do Regulamento de Licitações e Contratos do BRB-Banco de Brasília, o valor estimado do contrato a ser celebrado pelo BRB será sigiloso, facultando-se, mediante justificativa na fase de preparação conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

19.1.1. Sendo assim, entende-se que a divulgação dos preços unitários será mais vantajosa para a administração, pelo motivo de economicidade, transparência e para lograr êxito no certame, de acordo com as melhores práticas de mercado.

20. PRÓ-LABORE

20.1 O Pró-labore consiste na comissão de administração, sob a forma percentual, devida enquanto vigorar a Apólice, pagável ao Estipulante ou a quem este indicar para administrar o Seguro de Vida em Grupo.

20.2. O valor do pró-labore corresponderá ao percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor faturado na apólice dos aposentados e ex-empregados, em favor da Associação dos Empregados do Banco de Brasília – AEHRB.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O seguro de vida em grupo é opcional. As novas adesões/inclusões serão facultativas, mediante assinatura de Cartão-Proposta e Declaração Pessoal de Saúde-DPS, que serão submetidos à análise da seguradora para avaliação do risco.

21.2 – São integrantes do seguro de vida, o grupo de empregados ativos e o grupo de aposentados e ex-empregados.

21.3 – O estipulante da apólice de ativos é o Banco de Brasília – S/A, BRB, CNPJ 00000208/0001-00, e o estipulante do grupo de aposentados e ex-empregados é a Associação dos Empregados do BRB-AEHRB, CNPJ 00655423/0001-40.

21.4 – Os descontos dos prêmios ocorrem via folha de pagamento de cada segurado, no BRB ou na REGIUS- Sociedade Civil de Previdência Privada ou desconto autorizado no caso de ex-empregados.

21.5 – Os integrantes da apólice de empregados ativos do BRB é contribuinte, ou seja tem participação do segurado com 50% do valor do prêmio e do estipulante com 50%.

21.6 - Os integrantes da apólice de aposentados e ex-empregados arcam com 100% do valor dos prêmios de seguro. Não há participação do estipulante.

21.7 – Os certificados devem ser encaminhados anualmente, podendo ser enviados eletronicamente.

21.8 Para novas adesões, o interessado deverá assinar Declaração de Saúde – DPS para análise do risco.

21.9 Os grupos segurados estão enquadrados nas faixas de capitais disponíveis e de acordo com as faixas etárias. Os capitais são escalonados por capitais segurados de livre-escolha dentre as opções disponíveis e por faixa etária.

21.10 Se a seguradora possui filial na cidade de Brasília com profissionais especializados no imediato atendimento e suporte estará de acordo com a exigência do edital (*A Contratada deverá manter Sucursal, Filial ou Representação em Brasília/DF, durante toda a vigência do seguro, em estrutura adequada e tecnicamente qualificada para atendimento*).

21.11 A assistência funeral poderá ser prestada por serviço de assistência através do 0800 ou por meio de reembolso através de comprovação de despesas.

21.12 A garantia de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença – IFDP é uma antecipação da cobertura de morte e após recebê-la o segurado é excluído da apólice. O segurado não poderá permanecer na apólice, caso tenha recebido essa indenização.

21.13 INVALIDEZ PERMANENTE E TOTAL POR ACIDENTE – o segurado não permanece na apólice, visto que nessas situações há o pagamento de 100% do valor de cobertura securitário e a apólice é cancelada.

21.14. A contratação dará continuidade ao seguro de vida existente há muitos anos para os empregados do BRB. Trata-se de encampação de apólice dos ativos, aposentados e ex-empregados.

21.15. Todos os empregados, uma vez segurados, devem permanecer na apólice, no momento da encampação, ainda que estejam afastados por licença-saúde e terão as coberturas garantidas normalmente.

21.16. Não há aplicação de carência na encampação da apólice nem para seguro novo.

21.17 – A listagem de segurados e a tabela com o índice de sinistralidade encontra-se publicada no site do BRB.

22. RELATÓRIOS NO SITE DO BANCO (WWW.BRB.COM.BR – LINK LICITAÇÕES)

22.1. Estão disponíveis no site do Banco (www.brb.com.br – link licitações) os seguintes arquivos:

- a) Relatório de Ativos
- b) Relatório de aposentados
- c) Relatório PDI
- d) Relatório sinistralidade 2012-2019
- e) Relatório afastados;
- f) Planilha de Preços “em branco”

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS

OPÇÃO	CAPITAL SEGURADO	ATÉ 35 anos		36 a 40 anos		41 a 45 anos		46 a 50 anos		51 a 55 anos		56 a 60 anos		61 a 65 anos		66 a 70 anos		71 a 75 anos		TOTAL MENSAL (1)
		Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	
1	R\$ 84.214,07	R\$ 5,33	28	R\$ 6,04	12	R\$ 7,89	3	R\$ 11,41	11	R\$ 15,88	39	R\$ 20,92	35	R\$ 28,97	14	R\$ 45,31	5	R\$ 0,00	0	
2	R\$ 168.428,13	R\$ 10,66	43	R\$ 12,08	25	R\$ 11,65	10	R\$ 22,80	13	R\$ 31,75	41	R\$ 41,84	34	R\$ 57,94	11	R\$ 90,63	4	R\$ 0,00	0	
3	R\$ 252.642,20	R\$ 15,99	23	R\$ 18,12	28	R\$ 23,67	7	R\$ 34,21	5	R\$ 45,58	33	R\$ 62,76	21	R\$ 86,91	11	R\$ 135,95	3	R\$ 181,26	1	
4	R\$ 336.856,27	R\$ 21,33	18	R\$ 24,15	25	R\$ 31,56	11	R\$ 45,61	11	R\$ 63,50	20	R\$ 83,67	9	R\$ 115,87	6	R\$ 181,26	1	R\$ 0,00	0	
5	R\$ 421.070,33	R\$ 26,65	520	R\$ 30,19	436	R\$ 39,43	174	R\$ 57,01	101	R\$ 79,38	160	R\$ 104,59	92	R\$ 144,85	30	R\$ 226,58	6	R\$ 0,00	0	
		R\$ 15.217,95	632	R\$ 14.649,09	526	R\$ 7.513,91	205	R\$ 6.852,51	141	R\$ 17.395,32	293	R\$ 13.848,17	191	R\$ 7.039,68	72	R\$ 2.537,66	19	R\$ 181,26	1	R\$ 85.235,55
TOTAL DE SEGURADOS (1) DO GRUPO SEGURADOS ATIVOS.....																				2080
VALOR TOTAL ANUAL (1) – APÓLICE EMPREGADOS ATIVOS (TOTAL MENSAL 1 X 12 MESES).....																				R\$ 1.022.826,55
VALOR TOTAL PARA 60 MESES (1) – APÓLICE EMPREGADOS ATIVOS (TOTAL MENSAL 1 X 60 MESES).....																				R\$ 5.114.132,75

QUADRO ESTIMADO COM SEGURADOS APOSENTADOS E DESLIGADOS

OPÇÃO	CAPITAL SEGURADO	ATÉ 35 anos		41 a 45 anos		46 a 50 anos		51 a 55 anos		56 a 60 anos		61 a 65 anos		66 a 70 anos		71 a 75 anos		76 A 80 anos		81 a 85anos		TOTAL MENSAL (2)
		Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	Prêmio mensal	qtde.	
1	R\$ 84.214,07	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 31,99	1	R\$ 47,86	30	R\$ 65,76	76	R\$ 94,35	57	R\$ 152,40	41	R\$ 250,15	38	R\$ 491,42	10	R\$ 491,42	1	
2	R\$ 168.428,13	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 95,72	19	R\$ 131,52	62	R\$ 188,71	65	R\$ 304,81	50	R\$ 500,30	32	R\$ 982,85	7	R\$ 982,85	2	
3	R\$ 252.642,20	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 143,58	5	R\$ 197,28	26	R\$ 283,06	27	R\$ 457,20	11	R\$ 750,45	4	R\$ 1.474,27	6	R\$ 0,00	0	
4	R\$ 336.856,27	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 127,94	1	R\$ 0,00	0	R\$ 263,06	7	R\$ 377,41	6	R\$ 609,61	4	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	
5	R\$ 421.070,33	R\$ 0,00	0	R\$ 97,56	1	R\$ 0,00	0	R\$ 290,90	4	R\$ 328,82	24	R\$ 471,77	19	R\$ 762,01	6	R\$ 1.250,75	1	R\$ 2.457,11	1	R\$ 0,00	3	
		R\$ 0,00	0	R\$ 97,56	1	R\$ 159,93	2	R\$ 5.136,01	58	R\$ 28.014,70	195	R\$ 36.514,77	174	R\$ 33.528,74	112	R\$ 29.767,89	75	R\$ 23.096,89	24	R\$ 2.457,12	0,00	R\$ 158.773,61
TOTAL DE SEGURADOS (2) DO GRUPO SEGURADO APOSENTADOS / DESLIGADOS.....																						641
VALOR TOTAL ANUAL (2) - APÓLICE APOSENTADOS / DESLIGADOS (TOTAL MENSAL 2 X 12 MESES).....																						R\$ 1.905.283,36
VALOR TOTAL PARA 60 MESES (2) - APÓLICE APOSENTADOS / DESLIGADOS (TOTAL MENSAL 2 X 60 MESES).....																						R\$ 9.526.416,78
VALOR TOTAL PARA 60 (SESENTA) MESES PARA AS APÓLICES DE EMPREGADOS ATIVOS E APOSENTADOS/DESLIGADOS (VALOR TOTAL PARA 60 MESES (1) + VALOR TOTAL PARA 60 MESES (2)).....																						R\$ 14.640.549,53
TOTAL DE SEGURADOS - ATIVOS E APOSENTADOS / DESLIGADOS (TOTAL DE SEGURADOS (1) + TOTAL DE SEGURADOS (2)).....																						2721

ANEXO III**CONTRATO BRB Nº/2019, CELEBRADO ENTRE O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. E A EMPRESA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA OS EMPREGADOS ATIVOS, APOSENTADOS E EX-EMPREGADOS DO BRB.****Processo nº 041.001.056/2018**

De um lado, o **BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**, Instituição Financeira, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Distrito Federal, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.208/0001-00, neste ato representado, nos termos do, pelo....., Sr.....(dados pessoais), portador da cédula de identidade nº..... e do CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominado apenas **BRB**; e o **AEBRB – ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no SGA/Sul, Quadra 902, Entrada A, Sala 210, Edifício Athenas, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.655.423/0001-40, neste ato representado, Sr....., (dados pessoais), residente e domiciliado em....., doravante denominado apenas **AEBRB**; e, de outro lado, a empresa....., com sede em....., à....., inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo....., Sr.(dados pessoais), portador da cédula de identidade nº..... e do CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominada apenas **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, que será regido pelo Regulamento de Licitações e Contratos do BRB, pela Lei 13.303, de 30.06.2013, e pelas cláusulas e condições seguintes:

- DO OBJETO -

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, em regime de empreitada por preço global, dos serviços de seguro de vida em grupo para os empregados ativos, aposentados e ex-empregados do BRB, conforme condições e especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº068/2019 e seu **Anexo I**, bem como da proposta da CONTRATADA nº, de .././....., que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, como se aqui transcritas estivessem.

Parágrafo Único: O presente Contrato constitui parte integrante da Apólice de Seguro, a ser emitida pela CONTRATADA, para todos os integrantes do seguro, relacionados no **Anexo I** do Edital, no prazo estipulado no **inciso VI da Cláusula Terceira**, e devidamente assinada pelas partes.

Parágrafo Segundo: O presente contrato é firmado em caráter de não solidariedade, em que cada contratante responderá integralmente por suas obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Até o encerramento das obrigações, a CONTRATADA poderá aceitar, mediante acordo entre as partes, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato. Nas supressões, esse limite poderá ser excedido, desde que resulte de acordo celebrado entre o BRB, AEBRB e a CONTRATADA.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA -

CLÁUSULA TERCEIRA: São obrigações da CONTRATADA, além daquelas constantes do Edital e seus anexos, entre outras:

- I. comprovar, se for o caso, a implantação do Programa de Integridade a partir de 1º de janeiro de 2020, nos termos da Lei Distrital nº 6.112/2018, mediante entrega de relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa, nos moldes regulados pela Lei federal nº 12.846/ 2013, pelo Decreto Federal nº 8.420/2015 e pelo Decreto nº 37.296/2016, ou pela legislação correlata superveniente, no que for aplicável, sob pena de aplicação de penalidade, desde que a contratação efetivada contemple os requisitos previstos no artigo 1º da citada Lei Distrital.
- II. cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o serviço avençado se realize com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- III. cumprir rigorosamente todas as condições definidas no Edital e seu **Anexo I** e neste

Contrato;

- IV. manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em razão do serviço contratado;
- V. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- VI. emitir a apólice de seguro no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura deste Contrato, para ser assinada entre as partes;
 - a) a apólice de seguro a ser assinada entre as partes deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, e conterá o presente Contrato assinado como parte integrante;
 - b) a apólice de seguro deverá cobrir, no mínimo, os atuais integrantes do seguro de vida em grupo estipulado pelo BRB e pelo AEHRB, independente do estado de saúde dos seus integrantes;
 - c) o início de cobertura do risco constará da apólice, independentemente do prazo estipulado para sua emissão e deverá coincidir com a data de assinatura do Contrato;
- VII. emitir, anualmente, Certificado em nome do segurado principal, contendo os dados do seguro, dados do estipulante, corretor da apólice, dados da seguradora, dados do segurado, beneficiários do Seguro, coberturas, capitais segurados e valor do prêmio mensal, assim como as modificações que produzam durante a vigência do seguro, alteradas mediante endosso;
- VIII. responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a causar ao BRB, AEHRB ou a terceiros, quando devidamente comprovados, em decorrência dos serviços objeto do contrato de modo direto ou indireto.
- IX. emitir as apólices de seguro a serem assinadas entre as partes contendo as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.
- X. acatar os cartões propostas de todas as congêneres anteriores, de modo a evitar conflitos na designação de beneficiários.
- XI. realizar a liquidação do sinistro, inclusive nas indenizações realizadas em razão de cumprimento de decisões judiciais que imputem tal responsabilidade ao BRB ou à AEHRB em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento de todas as exigências contratuais feitas ao segurado ou do efetivo pagamento da condenação;
- XII. permanecer como única e total responsável perante o BRB e o AEHRB, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, na ocorrência de sinistros;
- XIII. manter em dia, todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços;
- XIV. manter Sucursal, Filial ou Representação em Brasília/DF, durante toda a vigência do seguro, em estrutura adequada e tecnicamente qualificada para atendimento, em tempo hábil;
- XV. receber a movimentação mensal ou arquivo eletrônico referente ao grupo segurado em *layout* ajustado com o BRB e o AEHRB;
- XVI. aceitar como corretora a BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A;
- XVII. pagar a(s) indenização(ões) estipuladas, de acordo com o estabelecido no **Anexo I** do Edital;
- XVIII. fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do Contrato, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes, independentemente da fiscalização exercida pelo BRB ou pelo AEHRB;
- XIX. responsabilizar-se por qualquer dano causado ao BRB ou ao AEHRB, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência da execução do serviço objeto deste Contrato, não cabendo ao BRB ou ao AEHRB, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes

decorrentes, ficando o BRB ou o AEBRB autorizados, desde já, a reter os créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a CONTRATADA das sanções previstas neste Contrato e em lei, até a completa indenização dos danos.

Parágrafo Único: O serviço deverá ser prestado diretamente pela CONTRATADA, vedada a subempreitada, cessão ou caução a terceiros das obrigações decorrentes do Contrato.

- DAS OBRIGAÇÕES DO BRB E DO AEBRB-

CLÁUSULA QUARTA: São obrigações dos estipulantes:

- I. fornecer à contratada todas as informações necessárias para inclusão mensal de segurados e consequente emissão de faturas.
- II. manter a contratada informada a respeito dos segurados, seus dados cadastrais, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, acarretar-lhe responsabilidade, de acordo com o definido na apólice.
- III. fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro.
- IV. pagar no banco credenciado, o valor total dos prêmios, conforme previsto na cláusula de faturamento, referente à fatura emitida pela contratada.
- V. repassar aos segurados todas as comunicações ou avisos inerentes à apólice.
- VI. discriminar o nome da contratada, nos documentos e comunicações referentes ao seguro objeto desta contratação, desde que previamente aprovados pela contratada.
- VII. comunicar de imediato à contratada, tão logo tome conhecimento, a ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro referente ao grupo que representa.
- VIII. dar ciência aos segurados dos procedimentos e prazos estipulados para liquidação de sinistros.
- IX. comunicar de imediato à Susep quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado.
- X. fornecer à Susep quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela especificado.

- DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS -

CLÁUSULA QUINTA: Correm por conta da CONTRATADA, que se obriga a mantê-los em dia, todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, bem como a cumprir normas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho.

- DO PAGAMENTO À CONTRATADA -

CLÁUSULA SEXTA: No valor das faturas provenientes da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo deverão estar incluídas todas as despesas e encargos, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, mão de obra, etc.

Parágrafo Primeiro: O valor das faturas mensais serão determinados com base nos valores unitários constantes dos quadros do **Anexo I deste Contrato** e o quantitativo de participantes efetivamente aceitos pela CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: Os documentos fiscais deverão ser emitidos da seguinte forma:

- a) apólice referente aos empregados ativos do BRB – em nome do **BRB Banco de Brasília S/A** – CNPJ: 00.000.208/0001-00;
- b) apólice referente aos empregados aposentados e ex-empregados do BRB – em nome do **AEBRB – ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DE BRASÍLIA** – CNPJ: 00.655.423/0001-40.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os pagamentos serão efetuados mensalmente através de crédito em conta-corrente, no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês de cobertura, mediante a apresentação do documento fiscal até o último dia do mês da cobertura.

Parágrafo Primeiro: As faturas deverão ser emitidas com base nas relações que o BRB e o AEBRB encaminharem à CONTRATADA até o último dia útil do mês anterior ao da cobertura.

Parágrafo Segundo: Para as empresas sediadas no Distrito Federal, bem como para as

empresas sediadas em outros Estados e que mantenham filiais ou representações no Distrito Federal, o pagamento será efetuado através de crédito em conta-corrente em uma das agências do BRB.

Parágrafo Terceiro: Para as empresas sediadas em outros Estados e que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal, o pagamento poderá ser efetuado através de crédito em conta-corrente em qualquer Instituição Financeira indicada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: Conforme artigo 19-A do Decreto Distrital nº 25.508/2005, a CONTRATADA cuja sede seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força deste contrato preste serviços ao BRB, de maneira presencial, em Brasília-DF, por prazo superior a 90 (noventa) dias, ainda que seja imune ou isenta de tributação no DF, deverá se inscrever no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF), por meio do site www.fazenda.df.gov.br.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA que, por ocasião deste Contrato, preste serviços ao BRB, de maneira presencial em Brasília-DF e seja sediada ou domiciliada no DF deverá estar regularmente cadastrada no CF/DF.

Parágrafo Sexto: O documento fiscal deverá ser emitido em 02 (duas) vias no mínimo e estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão Negativa de Tributos, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA cadastrada no CF/DF, nos termos dos parágrafos acima, deverá:

- a) indicar na Nota Fiscal o número de inscrição no CF/DF e o endereço no DF, ainda que seja o do local de prestação dos serviços, nos termos dos artigos 19-C e 19-E do Decreto Distrital nº 25.508/2005;

Parágrafo Oitavo: Não será exigida a Certidão Negativa de Débitos do DF caso os serviços objeto deste Contrato sejam prestados remotamente ou tenham origem em outra unidade da federação.

Parágrafo Nono: Caso o documento fiscal seja apresentado após o prazo estabelecido **nesta Cláusula**, o BRB e o AEBRB disporão de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento, contados da data de sua apresentação.

Parágrafo Décimo: Os prazos previstos **nesta Cláusula** somente serão observados quando não houver motivo para aplicação de multas ou de outras penalidades, casos em que o pagamento será efetuado após transcorrido o prazo para interposição de recursos ou após seu julgamento pelo BRB e/ou pelo AEBRB.

Parágrafo Décimo Primeiro: Os documentos fiscais não aprovados pelo BRB ou pelo AEBRB serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar os prazos previstos **nesta Cláusula** a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação pelo BRB/ AEBRB.

Parágrafo Décimo Segundo: Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de correção monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indicador que o venha substituir.

- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO -

CLÁUSULA OITAVA: A vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura deste Contrato.

- DA RESCISÃO -

CLÁUSULA NONA: Constituem motivos para rescisão administrativa ou unilateral do Contrato por parte do BRB os seguintes:

- I. O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando o BRB a comprovar a impossibilidade do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início do serviço;
- V. A paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao BRB;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial;
- VII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma prevista neste Contrato;
- IX. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X. A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- XI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- XII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o BRB e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII. A supressão, por parte do BRB, do objeto do Contrato, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo 1º do art. 80 do Regulamento de Licitações e Contratos do BRB;
- XIV. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do BRB, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo BRB decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XVI. A não liberação, por parte do BRB, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XVII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato
- XVIII. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 42 do Regulamento de Licitações e Contratações do BRB, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Primeiro: O não cumprimento pela CONTRATADA, assim como pelos seus representantes, administradores, diretores e sócios, direta ou indiretamente, das leis anticorrupção ou envolvimento com práticas de lavagem de dinheiro constitui infração grave e confere ao BRB o direito de rescindir imediata e unilateralmente o contrato, sem quaisquer ônus ou direito à indenização à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA: A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito do BRB, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII da Cláusula anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da contratação, desde que haja conveniência para o BRB;

III - judicial, nos termos da legislação;

Parágrafo Primeiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Segundo: Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVI da Cláusula anterior, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia, se houver;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Terceiro: Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A rescisão de que trata o inciso I da Cláusula Décima Terceira e o Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Segunda acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do BRB;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;

IV - retenção de pagamentos devidos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao BRB.

Parágrafo Primeiro: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo fica a critério do BRB, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

Parágrafo Segundo: É permitido ao BRB, no caso de concordata da CONTRATADA, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese do inciso II desta Cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa de Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

- DO REAJUSTE -

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Após transcorridos 12 (doze) meses da de apresentação da proposta comercial será permitido o reajustamento dos preços dos serviços contratados, limitado à variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, divulgado pelo IBGE, com base na seguinte fórmula:

$$Vr = Va.(1+Ia)$$

Onde:

Vr = Valor Reajustado;

Va = Valor Atual;

Ia = Índice Acumulado em 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro: Para os reajustes subsequentes ao primeiro, considerar-se-á como data-base, as datas de aniversário de apresentação da proposta.

Parágrafo Segundo: Para obtenção do *Ia – Índice Acumulado em 12 (doze) meses*, serão considerados os meses fechados, incluindo-se o índice apurado do mês da apresentação da proposta ou de seu aniversário.

Parágrafo Terceiro: No caso de substituição ou extinção do IPCA, será utilizado, para o cálculo do reajuste, o índice que o substituir e, caso não exista outro a ser negociado entre as partes, que possua forma similar de apuração.

Parágrafo Quarto: Caberá à CONTRATADA a solicitação do reajustamento, devendo, para tanto, efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha para ser aprovada pelo BRB, acompanhada dos documentos comprobatórios dos índices utilizados nos cálculos, para comprovação de sua variação.

Parágrafo Quinto: Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão lógica com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Sexto: Na falta dos documentos comprobatórios da variação do índice utilizado, o BRB não considerará os reajustes para fins de pagamento da fatura.

- DAS PENALIDADES -

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes deste Contrato o BRB poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, em caso de inexecução total das obrigações, exceto nos casos do **item 17.1 do Edital**;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, em caso de inexecução parcial das obrigações;

III. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o BRB, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Único: as sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas em conjunto com a sanção do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multa:

I. descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o BRB;

II. execução insatisfatória ou inexecução das obrigações assumidas, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do BRB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A penalidade de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Nos casos de inexecução total do objeto e descumprimento das cláusulas contratuais, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado deste Contrato.

II - Nos casos de inexecução parcial do objeto, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total parcela em inadimplemento.

III - O atraso injustificado na execução das obrigações assumidas ou aquele cuja justificativa não tenha sido acatada pelo BRB, sujeitará a Contratada à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre o valor do preço mensal do serviço, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato atualizado.

Parágrafo Único: Havendo rescisão unilateral do Contrato por culpa da Contratada, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As multas aplicadas não impedem que o BRB rescinda de forma unilateral o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao BRB.

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pelo BRB, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da comunicação de confirmação da multa.

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento nos termos definidos nesta Cláusula, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e

contratar com o BRB poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

I - Por 6 (seis) meses:

- a) Quando ocorrer atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos ao BRB;
- b) Quando ocorrer execução insatisfatória dos serviços, se antes tiver havido aplicação da penalidade de advertência.

II - Por 1 (um) ano:

- a) Quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato.

III - Por 2 (dois) anos, quando a CONTRATADA:

- a) Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados;
- b) Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao BRB;
- c) Apresentar ao BRB qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;
- d) Sofrer condenação definitiva pela prática de fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos.

- DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES -

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pelo BRB de forma escrita, verbal ou de outro modo, devendo sempre tratá-la como informação sigilosa, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo BRB, obrigando-se também a:

I. não revelar, reproduzir, utilizar, copiar ou dar conhecimento, em hipótese alguma a terceiros, bem como não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ ou prepostos faça uso das informações fornecidas pelo BRB de forma diversa da execução do objeto do Contrato, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações;

II. cientificar seus diretores, empregados e/ ou prepostos da existência das obrigações referentes a Sigilo e Confidencialidade das Informações, devendo tomar todas as medidas de cautela cabíveis a fim de mantê-las em sigilo absoluto;

III. não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos à informações que venham a ser reveladas.

Parágrafo Primeiro: As obrigações relacionadas ao sigilo das informações constituem acordo entre as PARTES e tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das informações até 5 (cinco) anos após o término do objeto do Contrato.

Parágrafo Segundo: A quebra de sigilo profissional, devidamente comprovada, sem autorização expressa do BRB, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as PARTES, sem ônus para o BRB. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo BRB, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE poderá manter registros sobre todas as atividades relacionadas à execução do presente contrato que sejam efetuadas através de acessos físicos ou lógicos às informações sigilosas e confidenciais, equipamentos, softwares, instalações, programas-fonte e quaisquer outros ativos de informação da CONTRATANTE, com o objetivo de:

- a) apurar a observação das cláusulas referentes ao sigilo e a confidencialidade deste contrato;
- b) determinar ocorrência de algum comprometimento dos ativos de informação da CONTRATANTE, por exemplo, perda ou modificação de dados não autorizados;
- c) identificar a divulgação e reprodução não autorizada de informações sigilosas;
- d) auditar, por si ou por terceiro contratado, as responsabilidades contratuais e extracontratuais.

- DISPOSIÇÕES FINAIS -

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As omissões deste Contrato e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem a Pregão Eletrônico 068/2019 e

a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as da proposta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A presente contratação decorre da adjudicação à CONTRATADA da prestação dos serviços, através do Pregão Eletrônico 068/2019, de ____/____/____, conforme decisão do Pregoeiro do BRB, lavrada em Ata, de/../.., e homologação pelo, em/../..

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Para os efeitos fiscais e de direito, as partes dão ao presente instrumento o valor global de R\$ (.....).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As despesas decorrentes do presente Contrato, no âmbito do BRB, correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 - dispêndio das estatais, e Fonte 1 - geração própria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília/DF,

Pelo **BRB**: _____

Pelo **AEBRB**: _____

Pela **CONTRATADA**: _____

ANEXO I DO CONTRATO

ANEXO IV – DECLARAÇÕES GERAIS**PROGRAMA DE INTEGRIDADE, VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E AO TRABALHO DE MENORES, PREVENÇÃO À FRAUDE, LAVAGEM DE DINHEIRO E ATOS DE CORRUPÇÃO**

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede em _____ (endereço completo), por

intermédio de seu representante legal, infra-assinado, na condição de licitante ou de contratado junto ao BRB – Banco de Brasília, DECLARA, sob as penas da lei, que:

a) cumprirá o disposto na Lei Distrital nº 6.112/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal.

b) não se enquadra nas vedações previstas no art. 19, §1º do Regulamento de Licitações e Contratos do BRB e que não possui em seu quadro de pessoal administrador, proprietário ou sócio com poder de direção com vínculo familiar - cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau - com funcionário com cargo em comissão ou função de confiança no Banco de Brasília S.A.

c) não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como para qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

d) que conhece e tem plena ciência das normas de prevenção à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, previstas na legislação brasileira, dentre elas, e não se restringindo, às Leis nº 9.613/98, 12.683/12 e 12.846/13 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros contratados.

e) não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

f) não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento, direta ou indiretamente, de comissões em dinheiro; deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor; e, durante a vigência do Contrato, não ofertará, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, com o objetivo de beneficiar ilicitamente, ou em desacordo com as condições contratuais, o BRB ou qualquer de seus representantes legais, dirigentes, controladores, colaboradores, seus familiares ou amigos próximos, ou qualquer pessoa que haja ilegitimamente em nome da BRB.

g) não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente, sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno; suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental.

h) se compromete a notificar prontamente, por escrito, ao BRB a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção.

Local e data

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

ANEXO V**DECLARAÇÃO PARA FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**

(Modelo)

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.
PROCESSO Nº 041.000.924/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2019
OBJETO: SEGURO DE VIDA EM GRUPO

LICITANTE	
CNPJ/CPF	
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL	
REPRESENTANTE LEGAL	
CPF	

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no Artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Artigo 19 do Regulamento de Licitações e Contratos do BRB – Banco de Brasília S.A., de 1º de setembro de 2017, no Artigo 38 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Artigo 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, ____ de _____ de 20__

Assinatura

ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO AO CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDOR DO BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR]....., inscrita(o) no [CNPJ OU CPF]....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]....., DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com o BRB – Banco de Brasília S.A., que:

- a) Recebeu ou teve acesso a uma cópia integral do Código de Conduta de Fornecedor do BRB – Banco de Brasília S.A., disponível no site www.brb.com.br;
- b) Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
- c) Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
- d) Não tomou conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
- e) Se compromete a informar ao BRB – Banco de Brasília S.A. caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
- f) Tomou conhecimento de que a manutenção da relação contratual com o BRB – Banco de Brasília S.A. implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
- g) Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.brb.com.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.
- h) Tomou conhecimento do acesso externo ao canal de denúncias do BRB, o qual se dá por meio do endereço eletrônico <http://canaldedenuncias.brb.com.br>.

Local e data

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

ANEXO VII - TERMO VOLUNTÁRIO DE COMPROMISSO**PESSOA JURÍDICA**

Nome da empresa: _____,
sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de _____, estado de _____, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato devidamente representada por seu _____, nome _____ nacionalidade _____, profissão _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, estado de _____, declara:

- I. Estar plenamente ciente do teor e da extensão do documento Relacionamento de Valor do BRB Banco de Brasília S.A. localizado no sítio www.brb.com.br e deter plenos poderes e informações para firmá-lo;
- II. Estar ciente de que a assinatura deste Termo de Compromisso não obriga o BRB a estabelecer qualquer relação comercial com a empresa signatária;
- III. A vigência deste Termo se restringe ao prazo de validade do instrumento jurídico que estabelece a relação comercial.

_____, ____ de _____ de 2019

Assinatura do representante da empresa
(nome e cargo)